

# O esboço de uma diplomacia militar brasileira na África durante o governo Lula: oportunidades para a indústria de defesa brasileira

Vinicius Corrêa Coelho<sup>1\*</sup>

## Resumo

Com a recente reaproximação do Brasil com os países africanos, promovida a partir do governo de Luiz Inácio da Silva, diversas oportunidades de colaboração tem surgido para as Forças Armadas brasileiras estreitarem os históricos laços de cooperação mantidos com os países daquele continente. As mudanças ocorridas na condução da política externa brasileira durante este governo, justificam esta aproximação, perceptível através de acordos de cooperação que o Brasil tem estabelecido com a África. O próprio Estado brasileiro possui um planejamento geopolítico de longo prazo que legitima o aprofundamento dessas relações com a África, principalmente no que concerne aos interesses brasileiros no Atlântico Sul. Desta forma, a conjuntura política existente, tanto internacional como no que se refere às questões nacionais, têm estabelecido oportunidades que contribuem para a melhora da competitividade da indústria de material de defesa brasileira no continente africano.

**Palavras-chave:** Geopolítica Brasileira. África. Governo Lula. Forças Armadas Brasileiras.

## Introdução

O presente trabalho possui como objetivo central investigar de que forma o contexto político nacional e internacional, bem como as políticas de Governo e Estado, tem favorecido a criação de oportunidades de exportação de materiais de defesa brasileiros para o continente africano.

O tema se justifica na medida em que o debate sobre os rumos do país neste início de século XXI – marcados pela retomada de investimentos produtivos que integram o território nacional a uma economia globalizada e da inserção do país na Política Internacional – inclui a discussão sobre o papel das forças armadas e de sua indústria para o desenvolvimento brasileiro.

Utilizando como método de análise as ideias expostas por Seitenfus (2004) em seu livro *Relações Internacionais*, entendemos que o Brasil tem demonstrado uma emergência em relação ao seu papel no Sistema Internacional de Nações, pois diferentemente da Política Internacional que todo país soberano é impelido a desenvolver, o Brasil tem procurado implantar uma Política Externa pautada na independência em relação aos grandes centros de poderes, favorecendo, desta maneira, as relações com países periféricos.

A importância das forças armadas e sua indústria como um instrumento de Política Externa se justifica ao entendermos que o nível de desenvolvimento da indústria bélica garante uma seletividade na exportação de armamentos para determinados Estados, com os quais procura-se fortalecer os laços de cooperação. Segundo Seitenfus (2004, p. 96):

<sup>1\*</sup> Licenciando em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Pesquisador do Projeto Sala Verde/IFF. E-mail: correa\_vinicius@hotmail.com

Considerando, como o faz Raymond Aron, que a política externa de um Estado manifesta-se pelo diplomata e pelo militar, adquire fundamental importância o papel das Forças Armadas na estrutura do Estado, seu nível tecnológico e a existência de uma indústria bélica nacional, que pode significar uma garantia de autonomia em relação ao exterior.

O trabalho foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, estruturado em dois capítulos. No primeiro, procuramos retratar o contexto desta aproximação do Brasil com a África, utilizando-se das ideias expostas por Schutzer em sua dissertação de mestrado Geopolítica brasileira na África Subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006) – Um estudo de Geopolítica comparada.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma análise descritiva dos diversos acordos estabelecidos dentro do campo militar, que esboçam as oportunidades oferecidas pela África para a renascente indústria de defesa brasileira. Para este intento, recorreremos a fontes jornalísticas, devidamente citadas ao longo do texto.

Portanto, sua principal contribuição é discutir de que forma a política, seja ela interna ao território nacional ou expressão da vontade da Nação brasileira perante as outras nações, influencia nas relações espaciais que o Brasil estabelece com outros territórios que integram o Sistema Internacional de Nações.

## A aproximação Brasil-África

Para melhor compreensão dos motivos desta aproximação do Brasil com a África, torna-se necessário contextualizar as mudanças ocorridas na política externa brasileira durante o governo Lula. No estudo de Geopolítica comparada dos governos Geisel e Lula, ainda que realizando uma pesquisa sobre a África Subsaariana, nos informa Schutzer que:

Com estes dois presidentes as políticas externas vão ganhar um direcionamento diversificado, em contrapartida ao modelo tradicional do alinhamento ocidental privilegiando os Estados Unidos. A diversificação introduziu a África subsaariana, além de outros países do terceiro mundo, no rol das relações internacionais do Brasil (SCHUTZER, 2009, p. 116).

Esta inclusão da África Subsaariana na política externa brasileira, orientado por um projeto que visa maior diálogo nas relações Sul-Sul<sup>2</sup>, inclui um esboço de cooperação material e institucional entre as Forças Armadas dos diversos países, apresentando-se como uma alternativa viável para implantação deste projeto.

Outros fatores que contribuem para explicitar o reforço das relações diplomáticas com a África são os próprios anseios políticos do governo que condicionam suas ações diplomáticas. Partindo deste princípio, Ferreira (2009, p. 114) nos informa que:

A despeito do discurso diplomático de que o Brasil deve resgatar a integração com a África devido as proximidades históricas, o motivo mais realista e plausível para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Como nenhum país que reivindique uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, pode prescindir de uma indústria de defesa para apoiar o processo de renovação militar exigido pela maior dimensão na Política Internacional<sup>3</sup>, o projeto de readequação por que passa as forças armadas brasileiras,

<sup>2</sup> Privilegiando as relações com países periféricos e semiperiféricos, presentes em grupos como o G-20 (um grupo focado no tema de agricultura), IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

<sup>3</sup> Por conta de um maior envolvimento nas missões de estabelecimento de paz, o que implica a necessidade de dispor de forças armadas mais bem preparadas e equipadas, com maior desgaste humano e material.

norteado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), passa pelo fortalecimento deste tipo de indústria:

O Plano é focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. (BRASIL, 2008, p. 6).

Para evitar o sucateamento do complexo industrial de defesa brasileiro, o governo decidiu atuar ativamente junto ao empresariado nacional na exportação de armas fabricadas no Brasil para garantir um ganho de escala, como afirma o próprio END:

A indústria nacional de material de defesa será incentivada a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção (BRASIL, 2008, p. 10).

Toda esta conjuntura interna ao governo Lula, seja pela reabilitação da África como um continente efetivo para a instituição de uma política externa mais independente, assim como a discussão do papel que as forças armadas e sua indústria devem possuir, confluiu para um reencontro da indústria de defesa brasileira com o continente.

Embora o governo do presidente Lula tenha oferecido uma magnitude nas relações com o continente africano, o Estado brasileiro possui um planejamento geopolítico de longo prazo que inclui diretrizes que legitimam o aprofundamento dessas relações com a África.

O próprio planejamento militar brasileiro assistiu a uma mudança efetiva de área de prioridade estratégica, com o foco desviando-se do Cone Sul do continente americano para a Amazônia, conforme divulgado oficialmente pela própria Marinha Brasileira, em livro destinado a divulgar a mentalidade marítima brasileira:

Assim, a região passou a ser objeto de notáveis iniciativas governamentais, que visam à consolidação de sua integração ao território nacional, à garantia das fronteiras, à ocupação racional do espaço físico e à exploração sustentada dos importantes recursos naturais ali existentes (SERAFIM; CHAVES, 2005, p. 14).

Com a possibilidade de extração de petróleo no pré-sal, o que se convencionou chamar de Amazônia Azul<sup>4</sup> adquiriu relevância estratégica similar à notada para a floresta Amazônica nos anos 90. Consequentemente, todo o Atlântico Sul teve sua importância reforçada para evitar possíveis interesses por parte de Estados estrangeiros na prospecção das riquezas, através do aprofundamento das relações com os países que o compartilham.

## Os acordos e oportunidades Brasil-África

Embora o interesse do Brasil pela África já tenha sido exposto nas suas bases gerais, principalmente quanto aos interesses no Atlântico Sul, o reforço das relações Sul-Sul e a busca de apoio por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, cumpre definir os interesses estabelecidos com cada Estado, procurando discerni-las, quando possível, em grupos.

No que diz respeito aos países que compartilham o Golfo da Guiné, ou seja, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão, a possibilidade de extração de petróleo por parte de empresas brasileiras como a Petrobras influenciam diretamente os contatos estabelecidos pelo Brasil, principalmente numa região que desponta como importante reserva de petróleo na África. Analisando as

<sup>4</sup> No entender da Marinha "é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros [...] que, maior do que a verde, é inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de perceber-lhe as ameaças" (SERAFIM; CHAVES, 2005, p. 17).

relações da China e a revalorização da África, Bertonha (2007, p. 7-8) chega às seguintes conclusões:

O continente negro parecia um lugar sem qualquer perspectiva e, portanto, não valia a pena nem investir nem se preocupar com ele, com exceção de alguns tópicos pontuais. Isto tem mudado recentemente, com os Estados Unidos aumentando a sua preocupação com a África em termos de segurança e procurando garantir o acesso a seus recursos naturais. Mas os chineses tem sido mais audaciosos e com um projeto estratégico mais definido, ou seja, obter combustíveis, minerais e produtos primários e oferecendo como compensação investimentos e empréstimos. Prova desta audácia foi a reunião de cúpula de quase todos os dirigentes africanos em Pequim em 2006 e as visitas contínuas de diplomatas chineses ao continente.

A primeira viagem internacional que a Marinha brasileira promoveu com a corveta de projeto e construção nacional Barroso, nos meses de junho e julho de 2010, que incluiu em seu roteiro uma visita a diversos países do Golfo da Guiné, serviu para despertar o interesse de Gana pela referida corveta (ASSINADO, 2010).

Embora tenha sido a primeira viagem de aspectos puramente comerciais promovida pelo governo Lula através da Marinha Brasileira, a “mostra de bandeira” ainda hoje possui sua validade, sendo uma maneira pela qual as potências navais procuram estreitar os laços com suas congêneres e a desenvolver uma cultura favorável perante o país visitado das qualidades dos produtos militares.

A política presidencial de atuar de forma proativa junto ao empresariado nacional na tentativa de exportação de armamentos brasileiros concretizou durante a mesma viagem a África a assinatura de um protocolo de intenções com a Guiné Equatorial detalhando o interesse do país pela corveta Barroso (ASSINADO, 2010).

Por outro lado, a Nigéria, um dos maiores produtores de petróleo na África e membro da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), assinou com o Brasil um Acordo de Cooperação Militar em 2010 que inclui a possibilidade de exploração mineral no oceano Atlântico, com a prospecção podendo ser realizada pela indústria naval brasileira (BRASIL E NIGÉRIA, 2010).

Quanto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>5</sup>, que reúne Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, além da Guiné-Equatorial como observadora, cinco dos países membros são Estados africanos banhados pelo Atlântico Sul.

Desta maneira, a cooperação entre as marinhas destes países tornou-se um elo efetivo para aproximação deste grupo. No ano de 2010, por exemplo, realizou-se o II Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa, na qual os diversos representantes dos países africanos lançaram as bases para uma maior cooperação com a indústria naval brasileira (COMANDANTE, 2010).

No que se refere aos países deste grupo, Angola, um dos maiores produtores de petróleo no continente africano, possui assinado com o Brasil uma Declaração Conjunta de Parceria Estratégica e de um Acordo de Cooperação em Defesa (BRASIL E ANGOLA, 2010). Embora as relações entre as forças armadas/indústria brasileira sejam de longa data estabelecida com este país, como, por exemplo, pelo aprendizado na utilização de veículos blindados por parte do Brasil durante a UNAVEM II, Missão de Paz da ONU em Angola (AS ORIGENS, 2005), inúmeras oportunidades de exportação têm surgido naquele país.

A empresa brasileira Atech, que atua em diversos programas militares brasileiros, tem divulgado em reiteradas ocasiões o interesse em disputar o desenvolvimento de um sistema de vigilância marítima para o país (LAAD, 2009). Além destes, a Força Aérea Angolana negocia a compra de até seis aviões de ataque leve Super Tucano da Embraer (EMBRAER, 2009), da qual já utiliza um de seus produtos, o Tucano.

Em outros países que compartilham a língua portuguesa com o Brasil (Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), embora os acordos firmados não tenham correspondido a vendas efetivas, pela própria dimensão das forças armadas em questão, este tipo de influência brasileira sobre as forças locais exige uma cooperação mais assimétrica, portanto, dispendiosa em recursos por parte do Brasil, se não levarmos em conta os custos-benefícios deste tipo de operação.

<sup>5</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em julho de 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos então existentes (...) em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Após sua independência, em 20 de maio de 2002, o Timor Leste passou a ser o oitavo Estado-membro da Comunidade. (SCHUTZER, 2009, p. 108).

Exemplos disto podem ser notados na formação profissional de soldados para atuarem em missão de paz da União Africana para São Tomé e Príncipe e Moçambique (EXÉRCITO, 2009; BRASIL INVESTE, 2010), e no oferecimento, por parte do governo brasileiro, de aviões Tucano para a Força Aérea de Moçambique (BRASIL OFERECE, 2009) e na presença de tropas brasileiras em Missões de Paz da ONU na Guiné-Bissau:

As Forças Armadas contribuem, ainda, com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU, com atuação na melhoria das condições de vida na Guiné Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, no próprio Haiti, Timor-Leste, Nepal, Chipre e Saara Ocidental, Chade e República Centro-Africana.

Para isso, as Forças Armadas vêm trabalhando na preparação desse pessoal e de seus substitutos, ministrando cursos e realizando exercícios, com o apoio do Estado-Maior de Defesa, inclusive com o adestramento de desminagem humanitária. (BRASIL, 2009, p. 18).

Outro grupo que já fora anteriormente mencionado dentro da perspectiva de reforço das relações Sul-Sul do governo Lula, o IBAS, um acordo trilateral que reúne Índia, Brasil e África do Sul, possui um dos representantes mais significativos desta aliança via forças armadas com o continente africano.

Embora a cooperação entre as indústrias de defesa sul-africana e brasileiras ainda careça de melhores investigações, em 2006 um acordo assinado entre o Comando da Aeronáutica e o Ministério da Defesa da África do Sul garantiu a participação brasileira no desenvolvimento do míssil A-Darter. O investimento de US\$ 52 milhões feitos pelo Brasil envolve empresas brasileiras no processo de industrialização do míssil (ÁFRICA, 2006).

A existência do fórum de diálogos IBAS contribuiu para o estabelecimento do diálogo entre os países, a ponto de se ver negada a participação do Paquistão (com quem a Índia mantém um litígio fronteiriço) no desenvolvimento do referido míssil em detrimento do diálogo estabelecido entre as três nações (PAQUISTÃO, 2008). Este fato revela o grau de comprometimento do Brasil com sua institucionalização.

Diversas notícias vinculadas à imprensa especializada cogitam a possibilidade de cooperação no desenvolvimento de mísseis de uso naval (MARINHA, 2010), ainda em fase de projeto pela indústria sul-africana, que busca na colaboração com outras nações uma alternativa para financiar o desenvolvimento de seus produtos.

No ano de 2010, ocorreu a segunda edição do exercício naval IBSAMAR (EXERCISE IBSAMAR II, 2010), realizado novamente na África do Sul, ponto mais próximo entre os três países, e que envolve numerosos meios das três marinhas. Além de garantir um contato com técnicas navais novas e equipamentos tecnológicos mais atualizados utilizados pela África do Sul e Índia, este tipo de exercício contribui para consolidar a presença da Marinha do Brasil no Atlântico Sul.

Outros países com que o Brasil têm procurado desenvolver uma colaboração diplomática via acordos de defesa e que apresentam grande oportunidades para a indústria brasileira são a Argélia e Namíbia, ambos visitados pelo presidente Lula em momentos distintos de seus dois mandatos quase completados. A própria agenda do ministro de Defesa (para citarmos o ano de 2010) expõe a prioridade dada para a África (VIAGEM, 2010).

Schutzer chama a atenção para o significado que as viagens desenvolvidas pelo presidente Lula têm para o reforço dessas relações, o que inclui até mesmo a elaboração de um mapa cobrindo os países visitados pelo presidente durante o seu primeiro mandato a África Subsaariana:

Podemos observar nos mapas (...) a distribuição no espaço subsaariano das visitas do Presidente Lula (...), repercutindo espacialmente a política externa brasileira na África subsaariana. Podemos perceber que a abertura para a África subsaariana repercutiu eficazmente no cenário regional, provocando uma grande amplitude de contatos bilaterais (SCHUTZER, 2009, p. 148).



**Figura 1** - Visitas à África subsaariana realizadas pelo presidente Lula. 2003-2006.  
Fonte: Schtzer, 2009, p. 149.

De forma semelhante, Lopes (2004, p. 324) parece ter chegado às mesmas conclusões:

O ponto importante dessas visitas aos parceiros menos favorecidos vai muito além de um mero simbolismo. Há elementos simbólicos, é claro, principalmente na África (culturais, sociais etc.), mas há intenções econômico-comerciais muito sólidas. Comitativas presidenciais, como as que têm sido formadas pelo governo em suas viagens internacionais, demonstram vontade e volume de ações por parte do Brasil.

Embora o acordo de defesa entre o Brasil e a Argélia não tenha sido assinado, e que poderia melhorar a competitividade da indústria de defesa brasileira por contratos naquele país, a empresa brasileira Odebrecht em conjunto com a Atech, disputam uma concorrência para a construção de um centro de desenvolvimento de armas em solo argelino (ATECH, 2010).

Por outro lado, a Namíbia, atualmente um dos maiores parceiros brasileiros na África, embora tenha efetivado sua aproximação com o Brasil anteriormente ao reforço das relações com o continente, possui validade de ser compreendido dentro deste contexto, à medida que o governo Lula deu continuidade a esta aproximação. Segundo SCHUTZER (2009, p. 162):

A Namíbia mostrou-se um novo parceiro importante no Atlântico sul a partir de 1994, quando Brasil e Namíbia começaram um intenso relacionamento na formação de pessoal das Marinhas. Em 2001 foi assinado tratado pelo qual nossa marinha disponibiliza embarcações e assistência no planejamento e desenvolvimento logístico naval. Neste mesmo ano abriram-se vagas para formação de oficiais em nossas escolas navais. Também tivemos a participação privilegiada na instrução para formação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais namibiano, curso de formação de soldados e no desenvolvimento do Cerimonial da Marinha daquele país.

Em decorrência deste envolvimento entre as forças armadas e indústria dos respectivos países, a imprensa brasileira chegou mesmo a especular a possibilidade do país instalar uma base naval em território namibiano (BRASIL COM, 2009), que segundo consta já teria sido acordado entre as partes.

## Considerações finais

Embora o governo Lula ainda não tenha terminado, a pequena visão panorâmica sobre sua política externa, incluída na estrutura deste trabalho, procurou demonstrar que através deste governo a África foi incluída no projeto geopolítico brasileiro através da reaproximação das forças armadas congêneres.

O próprio contexto que proporcionou o encontro dos países que compartilham o oceano Atlântico Sul, que de forma geral pode ser caracterizado como uma política externa mais independente por parte do Brasil, também influenciou no processo de readequação material e institucional das forças armadas, cujo desenvolvimento em concomitância com a consolidação de uma indústria de material de defesa pode apoiar minimamente as projeções brasileiras.

Esses dois aspectos do governo Lula têm criado oportunidades para a renascente indústria de defesa no mercado africano, de forma que a maior aproximação entre as forças armadas cria uma cultura favorável ao emprego de material bélico brasileiro por parte destes países. Além disto, é importante para a própria manutenção do nosso parque industrial ao garantir um ganho de escala na produção de armamentos.

O apoio dispensado pelo governo – seja atuando junto ao empresariado nacional, estruturando acordos de defesa ou ainda através das visitas de Estado promovidas pela presidência da República – esboça uma atitude mais progressiva do Brasil frente a seu papel no Sistema Internacional de Nações.

## Referências

BERTONHA, João Fábio. A China e o Terceiro Mundo: novos relacionamentos ou a volta do velho colonialismo? *Meridiano 47*, n. 85, p. 7-9, ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2008.

BRASIL. Tesouro Nacional. *Balanço Geral da União 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2009/Arquivos/516.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.

FERREIRA, Wallace. Política externa do governo Lula: coalizões ao Sul como alternativa multilateral. *Debates*, v.3, n.1, p. 100-125, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/8351/5452>>. Acesso em: 24 set. 2010.

LOPES, Dawisson Belém; JUNIOR, Joelson Vellozo. Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. *Contexto Internacional*, v. 26, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v26n2/v26n2a03.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

SCHUTZER, Herbert. *Geopolítica brasileira na África Subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006): Um estudo de Geopolítica comparada*. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25112009-215552/publico/dissertacaopronta.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

SEINTENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Relações Internacionais*. Barueri, SP: Manole, 2004.

SERAFIM, Carlos Frederico Simões (Org.); CHAVES, Paulo de Tarso (Org.). *Geografia: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005. 304 p.

## Periódicos

ÁFRICA do Sul e Brasil já trabalham no programa do míssil A-Darter. *Engineering News*, Pretória, 11 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/fab/a-darter\\_5.htm](http://www.defesanet.com.br/fab/a-darter_5.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

AS ORIGENS e o futuro dos blindados de rodas no Exército Brasileiro. UFJF, Juiz de Fora, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/rodas/>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

ASSINADO acordo de intenções para venda de derivado da classe Barroso para Guiné Equatorial. Agência Linha de Defesa, Rio de Janeiro, 06 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/index.php/component/content/article/75-extra/1423-assinado-acordo-de-intencoes-para-venda-de-derivado-da-classe-barroso-para-guine-equatorial>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

ATECH e Odebrecht disputam contrato na Argélia. *Tecnologia e Defesa*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.atech.br/noticias.atech.Atech%2Be%2BOdebrecht%2Bdisputam%2Bcontrato%2Bna%2BArg%25E9lia>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL com um pé na África. *Blog Cláudio Humberto*, Rio de Janeiro, 21 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2009/11/21/brasil-com-um-pe-na-africa/>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL e Angola estabelecem parceria estratégica. *Portugal Digital*, Brasília, 22 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=10232470&canal=159>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL e Nigéria assinam acordo sobre Cooperação em Defesa. Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa, Brasília, 22 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy\\_of\\_em-questao-1/edicoes-anteriores/julho/boletim-1092-26.07/brasil-e-nigeria-assinam-acordo](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy_of_em-questao-1/edicoes-anteriores/julho/boletim-1092-26.07/brasil-e-nigeria-assinam-acordo)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL investe para treinar militar estrangeiro. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u680883.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BRASIL oferece aviões militares para Moçambique. *Diário Digital*, Lisboa, 26 mar. 09. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/md1/mo\\_t27.htm](http://www.defesanet.com.br/md1/mo_t27.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

COMANDANTE da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto, profere palestra sobre os “Desafios da Marinha do Brasil para o século XXI”. Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, 30 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_h/noticias/cm\\_simposio\\_angola/simposio\\_angola.html](http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/cm_simposio_angola/simposio_angola.html)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

EMBRAER deverá vender aviões Super Tucano a Angola. Portal da República, Luanda, 24 abril 2009. Disponível em: <<http://www.angola-portal.ao/PortaldoSistema/NoticiaD.aspx?Codigo=7411>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

EXERCISE IBSAMAR II Berthed in Port Elizabeth. South African Navy, Port Elizabeth, 1 out. 2010. Disponível em: <[http://www.navy.mil.za/archive/1009/100920\\_Exercise\\_IBSAMAR\\_2/101005\\_Port\\_Elizabeth/article.htm](http://www.navy.mil.za/archive/1009/100920_Exercise_IBSAMAR_2/101005_Port_Elizabeth/article.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

EXÉRCITO Brasileiro formará força de paz africana. *Plano Brasil*, Brasília, 29 abril 2009. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2009/04/29/exercito-brasileiro-formara-forca-de-paz-africana/>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

LAAD 2009: Segunda Dia. *Tecnologia e Defesa*, Rio de Janeiro, 16 abril 2009. Disponível em: <[http://www.tecnodefesa.com.br/laad/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79:laad-2009-segundo-dia&catid=35:materias&Itemid=29](http://www.tecnodefesa.com.br/laad/index.php?option=com_content&view=article&id=79:laad-2009-segundo-dia&catid=35:materias&Itemid=29)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

LULA chega a Malabo para visita oficial à Guiné Equatorial. eBand, São Paulo, 04 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.band.com.br/jornalismo/brasil/conteudo.asp?ID=324567>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

MARINHA do Brasil mantém interesse no míssil naval sul-africano Umkhonto. *África 21*, Brasília, 25 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9439988&indice=10&canal=401>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

PAQUISTÃO negocia míssil com empresa de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/fab1/mectron\\_pak.htm](http://www.defesanet.com.br/fab1/mectron_pak.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2010.

VIAGEM a Israel reabriu buscas por parcerias em defesa em 2010. Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa, Brasília, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2010/02/02/viagem-a-israel-reabriu-buscas-por-parcerias-em-defesa-em-2010/>>. Acesso em: 2 nov. 2010.